

Choque na economia só virá no fim do ano

■ Equipe econômica prepara plano de desindexação para derrubar inflação, mas só deve aplicá-lo após ajustar as contas públicas

FRANKLIN MARTINS

BRASÍLIA — Embora a assessoria do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, esteja trabalhando a pleno vapor na elaboração de um plano de desindexação da economia, com o objetivo de derrubar significativamente os índices de inflação, ele não irá anunciar nenhuma medida de impacto nos próximos dias, quando falará ao país por uma cadeia nacional de rádio e televisão em pronunciamento que estava previsto para acontecer dia 14 mas foi adiado para o final do mês.

A equipe econômica está convencida de que, no atual momento, um ataque frontal à inflação seria uma precipitação. Antes é necessário preparar as condições para essa ofensiva, levando o mais longe possível o processo de equilíbrio das contas públicas. Pessoalmente, o ministro da Fazenda vinha trabalhando com a idéia de desindexar a economia no ano que vem, possivelmente em janeiro. Mas já se deu conta de que dificilmente a paulada na inflação poderá esperar tanto tempo.

Embora não se possa afastar inteiramente a idéia de que o plano de estabilização seja lançado em outubro, o mais provável é que ele fique para novembro. "Em dezembro, nem pensar", admitiu um assessor do ministro. "Não combina com o clima do Natal", brincou. Contra o desencadeamento do plano em outubro ou novembro, há a convicção de que ainda haverá desequilíbrios importantes nas contas públicas. A favor, a expectativa de que ele contribua para a criação de uma base de apoio no Congresso capaz de aprovar mudanças na revisão constitucional.

Otimismo — O pronunciamento a ser feito na televisão, provavelmente depois do dia 24, quando Fernando Henrique volta de Washington, onde tem reuniões com o FMI, terá um tom otimista e confiante. O ministro pretende mostrar que a economia brasileira está em recuperação. Fará, ao mesmo tempo, um balanço positivo dos quase quatro meses em que está à frente do Ministério da Fazenda. Ele dirá que o Brasil saiu da recessão, com a economia crescendo em torno de 4% este ano e com a oferta de empregos aumentando. Nossos grandes problemas, insistirá o ministro, são a desorganização do Estado e a inflação, que, segundo ele, podem ser vencidos desde que haja vontade política.

Ele mostrará os progressos obtidos com o Plano de Ação Imediata, lançado há cerca de três meses: corte de US\$ 7 bilhões no orçamento de 1993, o acerto da rolagem da dívida dos estados e municípios, aumento mensal nas receitas de US\$ 500 milhões, limitação aos aumentos salariais nas estatais, abertura da caixa-preta do Banco Central e elaboração de proposta de orçamento para 1994 sem maquiagem. Além disso, Fernando Henrique reafirmará o compromisso do governo em acelerar e ampliar o processo de privatização, prometendo para as próximas semanas novas medidas nessa área.

Em suma, o ministro dirá ao país que o governo está fazendo sua parte, pondo a casa em ordem, e pedirá a colaboração do Congresso para completar o ajuste das contas públicas, informou um assessor. Fernando Henrique solicitará o apoio do Parlamento em duas frentes específicas: a eliminação do déficit do orçamento de 1994, estimado em quase US\$ 21 bilhões, com o corte de mais despesas e a busca de novas receitas, e o enxugamento do papel do Estado durante a revisão constitucional. Sem isso, argumentará o ministro, será impossível derrubar de forma consistente e duradoura a inflação. Com esse discurso, Fernando Henrique pretende diminuir as pressões crescentes para um choque imediato na economia.



Fernando Henrique queria desindexar economia em janeiro, mas pressões inflacionárias podem antecipar decisão

Os pontos da estratégia

Orçamento — A abertura da caixa preta do Banco Central deu transparência ao orçamento para 1994. Os déficits não podem mais ser cobertos com maquiagens. Na proposta enviada ao Congresso, há um déficit estimado de quase US\$ 21 bilhões. Se ele for financiado com a emissão de títulos do governo, a batalha contra a inflação está perdida. A missão do Congresso será promover novos cortes de despesas ou encontrar outras formas de financiamento não inflacionárias. Da discussão podem sair as condições políticas para a definição de novas alíquotas no Imposto de Renda e no Imposto Territorial Rural e de mecanismos eficazes de cobrança das contribuições previdenciárias no campo.

Privatização — Até o final do mês, Fernando Henrique deve anunciar as novas regras das privatizações, essenciais para sinalizar o empenho do governo em ampliar e acelerar o processo. Isso é importante para deixar claro que o objetivo é chegar a um Estado mais enxuto e menos gastador, eliminando uma das causas do desequilíbrio fiscal. As privatizações, até agora concentradas nos setores siderúrgico e petroquímico, devem se estender para o setor elétrico. O governo venderá sua participação minoritária em cerca de mil empresas. Duas novidades importantes: o PIS-Pasep e o FGTS poderão ser usados como moedas de compra, aumentando a participação dos trabalhadores nos leilões e contribuindo para a pulverização do controle acionário; haverá também autorização para venda de ações das estatais privatizadas no exterior.

Exterior — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, viaja nas próximas semanas para os Estados Unidos, onde vai participar da assembleia anual do Fundo Monetário Internacional. Ele vai intensificar os contatos com os credores externos para garantir que os acordos da dívida sejam efetivamente assinados até novembro. A tranquilidade na frente externa é fundamental para o sucesso de qualquer plano de estabilização da economia. Fernando Henrique vai preparar o terreno para que esse apoio não falte na hora H.

Revisão — A equipe econômica já está convencida de que dificilmente a União ganhará recursos com uma reforma tributária. Não há clima para diminuir a participação de estados e municípios no bolo tributário. O grupo de trabalho comandado pelo assessor especial Edmar Bacha, que vem estudando a revisão da Carta, quer abrandar a estabilidade do funcionalismo público, remover obstáculos constitucionais para a ampliação do processo de privatização e eliminar as discriminações contra o capital estrangeiro. O objetivo mais importante, porém, é a retirada do Estado de diversas áreas da vida nacional. Os ministérios do Bem Estar Social e da Integração Regional estão na alça da mira, os subsídios e incentivos a regiões menos desenvolvidas também. A manutenção do ensino público superior na esfera federal está sendo igualmente questionada. É evidente que muitas dessas propostas não irão muito longe, mas a equipe econômica está confiante de que, mal ou bem, a revisão constitucional vai apontar para um Estado mais leve e eficiente, uma questão essencial para criar um clima de que o país voltou a ser viável.